

No mês de maio de 2018, o resultado primário do governo central foi um déficit de R\$ 11,0 bilhões, valor 62,5% inferior ao déficit primário de R\$ 29,4 bilhões no mesmo mês do ano passado. Esse resultado foi melhor que a mediana das expectativas da pesquisa Prisma Fiscal do Ministério da Fazenda, que sinalizava um resultado deficitário de cerca de R\$ 22,0 bilhões para o mês.

As razões para um déficit primário menor do que o esperado pelo mercado no mês de maio decorre de melhoras tanto do lado da receita como da despesa. No caso da receita, comparando maio de 2018 contra o mesmo mês do ano passado, a receita administrada teve crescimento real de 7,7% e a receita não administrada crescimento real de 60,1%; sendo esta influenciada pelo pagamento de dividendos de R\$ 2,8 bilhões da Caixa Econômica Federal (CEF) e de R\$ 1,5 bilhão do BNDES. Dessa forma, a receita líquida do governo central em maio de 2018 foi de R\$ 87,8 bilhões, um crescimento nominal de R\$ 10,0 bilhões ante 2017, equivalente a um crescimento real de 9,8%.

Do lado da despesa, observou-se em maio queda de quase R\$ 5 bilhões ante o mesmo mês do ano anterior (queda real de 7,2%), refletindo o pagamento de precatórios e sentenças judiciais que neste ano foram antecipados para março e abril, e não mais em maio e junho como no ano passado. Esse mesmo efeito positivo do lado da despesa em maio e que já havia sido previamente anunciado, deve voltar a ocorrer novamente em junho.

Outro fator que também contribuiu positivamente para o resultado primário de maio e que também já havia sido divulgado pelo Tesouro Nacional foi o impacto primário do resgate de R\$ 3,5 bilhões do Fundo Soberano decorrente da conclusão do programa gradual de venda das ações do Banco do Brasil pelo Fundo. No mês de junho, o saldo restante de R\$ 521 milhões será novamente incorporado no resultado primário.

Dado o resultado de déficit primário no mês de maio substancialmente inferior ao do ano passado, o resultado acumulado no ano até maio foi um déficit primário de R\$ 16,4 bilhões, ante R\$ 36,6 bilhões no mesmo período do ano passado, uma queda real de 56,5%.

No acumulado de doze meses com as devidas correções para se evitar dupla contagem, o déficit primário somou R\$ 95,5 bilhões (1,4% do PIB), ante a meta de R\$ 159 bilhões (2,2% do PIB) para 2018.

Em relação as contas fiscais do mês de maio e projeções para o ano é preciso alguns cuidados na análise dos números. Primeiro, por mais controlada que esteja a situação fiscal de curto prazo, é importante lembrar que, enquanto o governo central tiver déficit primário, isso será

motivo de preocupação constante para o equilíbrio fiscal e estabilização da relação dívida pública bruta (% do PIB).

Segundo, o resultado primário observado até o mês de maio e a última programação financeira estabelecida também naquele mês de maio ainda não trazem o aumento da despesa primária decorrente do programa de subsídios ao diesel, que será incorporado no próximo relatório de avaliação bimestral, a ser publicado em julho. Assim, o resultado de R\$ 152,8 bilhões constante da última programação financeira de maio poderá ser ampliado até a meta de R\$ 159 bilhões em decorrência da revisão ampla de receitas e despesas.

Terceiro, até maio de 2018, os ministérios pagaram R\$ 12,8 bilhões abaixo do limite de pagamento já liberado. Esses pagamentos já foram autorizados e os recursos transferidos para os ministérios setoriais. Esses recursos não estão mais no controle da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e o seu efetivo pagamento (ou não) depende apenas de cada ministério setorial. Se essas despesas não forem pagas no exercício fiscal corrente isso se transformará em excesso de meta de resultado primário.

Quarto, apesar da “folga” de recursos mencionados no parágrafo anterior, há demanda dos ministérios por liberação extra de recursos para terminar o ano, em especial liberação de limite de pagamento para despesas discricionárias. Como tem sido destacado nas divulgações do RTN, a despesa primária discricionária projetada para este ano é de R\$ 129 bilhões, valor real próximo a despesa discricionária de 2009. O desafio do controle da despesa do governo central nos próximos anos dependerá da dinâmica de crescimento das despesas obrigatórias, em especial, gastos com previdência e despesas com pessoal.

Em resumo, o resultado primário do governo central em maio foi melhor que o esperado pelo mercado em decorrência de efeitos positivos no lado da receita e da despesa. Em relação ao que estava programado no início do ano, o déficit primário acumulado no ano até maio de R\$ 16,4 bilhões está muito abaixo do esperado. No entanto, boa parte do número positivo no mês se deve a variações mensais e não a condições estruturais da política fiscal. Dado o balanço de riscos fiscais e o resultado observado até maio deste ano, pode-se afirmar que a situação fiscal de curto prazo está em linha com a meta de primário do governo central de déficit de R\$ 159 bilhões (2,2% do PIB).